

ARTIGO

TRANSTORNADOS DA TERRA: Saúde mental, racismo e subjetividade na juventude negra

<https://dx.doi.org/10.59068/24476137transtornadosdaterra>



Imagem: Pexels

Andréia Alves Teixeira

andreiaalves@usp.br

<http://lattes.cnpq.br/4733221028040567>

Psicóloga clínica e escolar. Pedagoga. Psicanalista. Mestranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - IPUSP.

**Transtornados da Terra:
saúde mental, racismo e subjetividade na juventude negra**

**Disturbed Subjects of the Earth:
mental health, racism, and subjectivity in Black youth**

**Trastornados de la Tierra:
salud mental, racismo y subjetividad en la juventud negra**

Resumo

Este artigo discute a relação entre saúde mental e racismo estrutural, problematizando a compreensão dos transtornos de humor e de personalidade na juventude negra. Trata-se de um estudo teórico de caráter crítico, fundamentado em autores como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Grada Kilomba e Cida Bento. Argumenta-se que o sofrimento psíquico da população negra é frequentemente individualizado e patologizado, desconsiderando seus determinantes históricos, sociais e raciais. Ao articular clínica e política, o texto propõe a construção de uma escuta antirracista e descolonizada, capaz de reconhecer a historicidade do sofrimento e contribuir para processos de reparação subjetiva.

Palavras-chave: saúde mental; racismo estrutural; subjetividade; juventude negra; clínica antirracista.

Abstract

This article discusses the relationship between mental health and structural racism, problematizing the understanding of mood and personality disorders among Black youth. It is a theoretical study of a critical nature, grounded in authors such as Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Grada Kilomba, and Cida Bento. It argues that the psychological suffering of the Black population is often individualized and pathologized, disregarding its historical, social, and racial determinants. By articulating clinical practice and politics, the text proposes the construction of an anti-racist and decolonized listening, capable of recognizing the historicity of suffering and contributing to processes of subjective reparation.

Keywords: mental health; structural racism; subjectivity; black youth; anti-racist clinical practice.

Resumen

Este artículo discute la relación entre salud mental y racismo estructural, problematizando la comprensión de los trastornos del estado de ánimo y de la personalidad en la juventud negra. Se trata de un estudio teórico de carácter crítico, fundamentado en autores como Frantz Fanon, Neusa Santos Souza, Sueli Carneiro, Grada Kilomba y Cida Bento. Se argumenta que el sufrimiento psíquico de la población negra es frecuentemente individualizado y patologizado, desconsiderando sus determinantes históricos, sociales y raciales. Al articular clínica y política, el texto propone la construcción de una escucha antirracista y descolonizada, capaz de reconocer la historicidad del sufrimiento y contribuir a procesos de reparación subjetiva.

Palabras clave: salud mental; racismo estructural; subjetividad; juventud negra; clínica antirracista.

Introdução

O título deste artigo, *Transtornados da Terra*, constitui uma paráfrase da obra *Os condenados da terra*, de Frantz Fanon (2022), estabelecendo desde o início um diálogo com a tradição crítica que compreende o sofrimento psíquico como inseparável das condições históricas e políticas de existência. A escolha não é apenas estilística, mas teórica e ética: trata-se de deslocar o olhar sobre os chamados “transtornos” para interrogá-los à luz das relações de poder, da colonialidade e do racismo estrutural.

Este artigo tem origem em reflexões elaboradas para uma fala apresentada no congresso online *Deseclipsando Mentes Summit*, promovido pelo coletivo *Clã da Negritude*, na plataforma do YouTube¹. Inicialmente concebido como um ensaio teórico-crítico sobre saúde mental, racismo e juventude negra, o texto foi posteriormente ampliado e desenvolvido em formato de artigo científico, mantendo como eixo central a problematização dos atravessamentos raciais na produção do sofrimento psíquico.

Quando falamos em transtornos de humor e de personalidade, estamos nos referindo, tradicionalmente, a categorias diagnósticas que descrevem alterações no modo de sentir, pensar e agir. No entanto, essas classificações, amplamente difundidas por manuais como o *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais*, 5^o edição, (DSM-5), tendem a privilegiar uma leitura individualizante do sofrimento, frequentemente desconsiderando os contextos sociais e históricos que o produzem, o que limita a compreensão da complexidade do sofrimento psíquico em sociedades marcadas por desigualdades estruturais.

Objetivos

Este artigo tem como objetivo problematizar a compreensão dos transtornos de humor e de personalidade na juventude negra, analisando como o sofrimento psíquico é atravessado pelo racismo estrutural e pelas heranças coloniais.

¹ <https://cladanegritude.com.br/cla-da-negritude/>

Método

Trata-se de um estudo teórico de caráter crítico, baseado em revisão bibliográfica de autores do campo da psicologia, da psicanálise e dos estudos raciais. A análise se orienta pela articulação entre clínica e política, considerando o sofrimento psíquico em sua dimensão histórica, social e racial.

A seleção bibliográfica foi construída a partir de leituras previamente desenvolvidas pela autora no campo da saúde mental, da psicanálise, da psicologia e dos campos étnico-raciais críticos, articuladas posteriormente ao processo de elaboração deste artigo. Foram priorizadas obras e produções teóricas relacionadas às temáticas do racismo estrutural, subjetividade, sofrimento psíquico, colonialidade, juventude negra e clínica antirracista, considerando autoras e autores de referência no contextos brasileiro e latino-americano.

A articulação entre esses referenciais buscou favorecer uma leitura interdisciplinar do sofrimento psíquico da juventude negra, compreendendo-o para além de abordagens individualizantes e psicopatologizantes. Não se trata de uma revisão sistemática ou integrativa da literatura, mas de um estudo teórico-crítico orientado pela interlocução entre autores considerados fundamentais para a discussão proposta.

Discussão

Transtornos de humor e personalidade: limites da abordagem clínica tradicional

De acordo com o DSM-5, os transtornos de humor incluem, entre outros, os transtornos depressivos e os transtornos bipolares, caracterizados por alterações significativas e duradouras do estado emocional. Já os transtornos de personalidade dizem respeito a padrões persistentes de funcionamento psíquico, marcados por rigidez e prejuízos nas relações e na adaptação social.

Essas categorias diagnósticas desempenham papel importante na organização do cuidado em saúde mental. No entanto, ao se concentrarem nos sintomas e no funcionamento individual, tendem a desconsiderar os determinantes sociais do sofrimento. Assim, experiências profundamente marcadas por desigualdades estruturais podem ser interpretadas como disfunções internas, descontextualizando a dor vivida pelos sujeitos.

Essa limitação se torna particularmente evidente quando se analisa a saúde mental da população negra, cujas experiências são atravessadas por violências históricas e contemporâneas que não podem ser reduzidas a questões individuais.

Além disso, é importante reconhecer que os sistemas diagnósticos não são neutros nem universais, mas construções históricas atravessadas por concepções específicas de normalidade, saúde e subjetividade. A universalização de categorias produzidas em contextos ocidentais pode contribuir para a medicalização de sofrimentos socialmente produzidos, especialmente quando experiências marcadas por racismo, violência e exclusão são interpretadas apenas como disfunções individuais. Nesse sentido, a crítica não se dirige à existência dos diagnósticos em si, mas à descontextualização histórica e política do sofrimento psíquico.

Sofrimento psíquico e racialidade

Dados do Ministério da Saúde indicam que o risco de suicídio entre jovens negros no Brasil é significativamente maior do que entre jovens brancos, alcançando índices até 45% maiores em determinadas faixas etárias (Brasil, 2018). Smolen et al. (2017) apontam também maior prevalência de transtornos mentais comuns na população negra. Esses dados não podem ser compreendidos fora do contexto das desigualdades raciais que estruturam a sociedade brasileira. O sofrimento psíquico, nesse sentido, não é apenas uma experiência individual, mas um fenômeno socialmente produzido.

Não é por acaso que a maioria dos adolescentes privados de liberdade em São Paulo e no Brasil seja composta por jovens negros (Brasil, 2025; São Paulo, 2026), nem que a população negra figure como maioria entre as vítimas de mortes violentas de jovens no país (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025). Esses dados evidenciam como o racismo estrutural atravessa as trajetórias da juventude negra, produzindo condições materiais e subjetivas marcadas pela violência, pela exclusão e pela precarização da vida.

Como argumenta Sueli Carneiro (2023), o racismo opera como uma tecnologia de poder que produz desigualdades, deslegitima saberes e adocece corpos. Assim, compreender a saúde mental da população negra exige considerar os efeitos subjetivos das violências raciais, que se manifestam tanto em dimensões materiais quanto simbólicas.

No contexto da juventude negra, a escola também pode se constituir como espaço de reprodução de violências raciais e silenciamentos subjetivos. Jovens negros frequentemente vivenciam processos de estigmatização, hipervigilância e deslegitimação de suas experiências, sendo associados à indisciplina, à agressividade ou ao fracasso escolar.

A discussão sobre saúde mental da juventude negra também exige atenção às experiências vividas no sistema socioeducativo, marcado pela seletividade racial e pela criminalização de corpos negros. A presença massiva de adolescentes negros em medidas socioeducativas evidencia como o racismo estrutural atravessa os mecanismos de controle institucional, produzindo trajetórias marcadas pela vigilância, pela punição e pela desumanização. Esses processos não apenas expressam desigualdades sociais, mas também produzem efeitos subjetivos importantes, relacionados ao medo, à exclusão e à fragilização do reconhecimento de si (Almeida, 2024; Almeida & Sá, 2023).

Essas dinâmicas produzem efeitos importantes sobre a autoestima, o pertencimento e a constituição subjetiva, contribuindo para formas de sofrimento que não podem ser compreendidas apenas em termos individuais. Nesse sentido, pensar a saúde mental da juventude negra exige considerar também os efeitos psicossociais das instituições e das práticas que atravessam seus processos de escolarização e reconhecimento social.

Colonialidade, subjetividade e sofrimento

A constituição da subjetividade na sociedade brasileira é profundamente marcada pela herança colonial. Como aponta Lia Vainer Schucman (2020), a branquitude se estabelece como norma de humanidade, produzindo hierarquias raciais que atravessam todas as esferas da vida.

Nesse contexto, o sofrimento psíquico da população negra não pode ser compreendido como expressão de fragilidade individual, mas como efeito de um sistema que nega reconhecimento e produz desumanização. Frantz Fanon (2008) já indicava que a interiorização do olhar branco gera fraturas profundas na identidade do sujeito negro, que se vê compelido a se afastar de si para ser reconhecido como humano.

Cida Bento (2022) contribui para essa análise ao discutir o “pacto narcísico da branquitude”, mecanismo que sustenta a negação do racismo e a desresponsabilização dos sujeitos brancos. Esse pacto opera na manutenção das desigualdades e na invisibilização das violências raciais, dificultando o reconhecimento do sofrimento que delas decorre.

Patologização do corpo negro

A leitura individualizante do sofrimento psíquico contribui para a patologização das experiências da população negra. Afetos como insegurança, medo ou baixa autoestima são frequentemente interpretados como disfunções internas, ignorando-se que podem ser respostas a contextos de exclusão e violência.

Neusa Santos Souza (2021) destaca que o processo de subjetivação do sujeito negro é atravessado por uma dor que não nasce do íntimo, mas da exclusão social. A imposição do ideal de branquitude como modelo de humanidade produz um conflito identitário que pode gerar sofrimento intenso.

Grada Kilomba (2019) aponta que o racismo se manifesta como trauma cotidiano, marcado pelo silenciamento e pela desautorização da experiência negra. Esse silenciamento impede a elaboração simbólica da dor, fragmentando a subjetividade.

Ferenczi (2011), ao discutir o conceito de desmentido, contribui para compreender como a negação ou invalidação da experiência traumática pelo outro e pela sociedade intensifica o sofrimento psíquico. Para o autor, o trauma não se produz apenas pela violência vivida, mas também pelo apagamento e/ou descrédito daquilo que o sujeito experienciou. Quando a experiência de racismo é negada ou minimizada, produz-se uma ruptura na confiança do sujeito em sua própria percepção, agravando o trauma.

Em diálogo com Achille Mbembe (2018), pode-se compreender esse processo como parte de uma lógica necropolítica, que regula quem pode viver plenamente e quem é empurrado para zonas de morte social e subjetiva.

Entre clínica e política: por uma escuta antirracista

Diante desse cenário, torna-se urgente a construção de uma clínica antirracista, capaz de reconhecer o sofrimento psíquico em sua dimensão histórica e social. Como destaca Isildinha Nogueira (2021), é fundamental considerar a marca do olhar branco na constituição do sujeito negro.

Uma escuta verdadeiramente ética exige reconhecer o sujeito em seu contexto, incluindo suas experiências de racialização, suas memórias e sua ancestralidade. Ignorar esses elementos não apenas reduz a complexidade da experiência, como também reproduz a violência social.

Bell Hooks (2021) propõe o amor como prática política, capaz de produzir transformação individual e coletiva. Nesse sentido, o cuidado em saúde mental pode ser compreendido como um ato político, que envolve reconhecimento, validação e compromisso com a dignidade do outro.

Abdias do Nascimento (2017) nomeia como “quilombagem” a capacidade histórica da população negra de transformar opressão em resistência e construção coletiva. Essa potência aponta para a necessidade de práticas clínicas que não apenas tratem o sofrimento, mas também reconheçam e fortaleçam as formas de existência que resistem à opressão.

Considerações finais

Ao discutir os chamados transtornos de humor e de personalidade na juventude negra, este artigo buscou problematizar a tendência de individualização do sofrimento psíquico, destacando seus determinantes históricos, sociais e raciais.

Argumentou-se que a patologização dessas experiências contribui para o apagamento das violências estruturais que as produzem, deslocando para o indivíduo aquilo que é socialmente construído. Nesse sentido, compreender a saúde mental da população negra exige uma abordagem que articule clínica e política, reconhecendo a historicidade do sofrimento.

Mais do que negar a existência dos transtornos, trata-se de recusar uma leitura que descontextualiza a dor e reforça desigualdades. O desafio colocado é o de construir práticas de cuidado que reconheçam a complexidade da experiência humana e contribuam para processos de reparação subjetiva e transformação social.

Referências

- Almeida, C.R. (2024) O Encarceramento e morte juvenil: em busca da (inal)cansável Elysium. In: KUNZ, Sidemar Alves da Silva et al. (org.). *Educação infantil, políticas educacionais e direitos humanos*. Culturatrix. 63-72. <https://doi.org/10.4322/978-65-86889-40-6>
- Almeida, C. R.; Sá, R. L. (2023). Panorama socioeducativo brasileiro das Medidas de privação e restrição de liberdade. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 9, n.1, 08-35. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137panoramasocioeducativobrasileiro>
- Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2025). *Levantamento nacional do SINASE 2024*. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. (2018). *Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros: 2012 a 2016*. Ministério da Saúde.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Carneiro, S. (2023). O dispositivo de racialidade. Companhia das Letras.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- Fanon, F. (2022). *Os condenados da terra*. Zahar.
- Ferenczi, S. (2011). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In *Psicanálise IV* (2. ed., Obras completas de Sándor Ferenczi, v. 4). São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2025). *19º Anuário brasileiro de segurança pública*. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- Hooks, b. (2021). *Tudo sobre o amor: Novas perspectivas*. Elefante.
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação*. Cobogó.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições.
- Nascimento, A. (2017). *O genocídio do negro brasileiro*. Perspectiva.
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente*. Perspectiva.
- Schucman, L. V. (2020). *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*. Veneta.
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro*. Zahar.
- Smolen, J. R., Araújo, E. M., Oliveira, N. F., & Santana, P. (2017). Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172212.19782016>

COMO CITAR ESSE TEXTO

Teixeira, A. A. (2026). Transtornados da Terra: saúde mental, racismo e subjetividade na juventude negra. *Pathos: Revista Brasileira de Práticas Públicas e Psicopatologia*, v. 12, n.2, 62-73. <https://dx.doi.org/10.59068/24476137transtornadosdaterra>

RECEBIDO EM:30/04/2026
APROVADO EM: 10/05/2026